



**REFLEXÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA PARA A
FORMAÇÃO DE PROFESSORES ANTIRRACISTAS NO SERTÃO ALAGOANO.**

REFLECTIONS ON THE CONTRIBUTION OF THE DISCIPLINE EDUCATION
AND ETHNIC-RACIAL RELATIONSHIPS IN THE PEDAGOGY COURSE FOR
THE TRAINING OF ANTI-RACIST TEACHERS IN THE HINTERLAND OF
ALAGOANO.

Rita de Cássia Gonçalves¹
cassinha01@gmail.com

Flávia da Silva Cavalcanti²
flaviagta-12@hotmail.com

José Ivamilson Silva Barbalho³
ivamilsonbarbalho@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a importância da disciplina Educação e Relações Étnico-raciais no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão para a formação de professores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e bibliográfica, na qual utilizamos o Projeto Político Pedagógico do curso (PPP) dialogando com autores que contribuirão com o, embasamento teórico. Entendemos que o debate sobre a questão étnico-racial deve-se fazer presente e é mais que necessária no atual contexto. Assim, precisamos de professores que tenham uma bagagem de conhecimentos sólidos sobre o tema para trabalharem nas salas de aula mediando relações de aprendizado dos educandos, incentivando-os no combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

Palavras-Chave: Educação antirracista; Curso de Pedagogia; Formação de Professor; Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on the importance of the discipline Education and Ethnic-Racial Relations in the curriculum of the Pedagogy course at the Federal University of Alagoas, Campus do Sertão for teacher training. This is a qualitative and bibliographic research, in which we used the Political Pedagogical Project of the course (PPP) in dialogue with authors who will contribute to the theoretical

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas- Campus do Sertão.

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas- Campus do Sertão.

³ Professor Adjunto, UFAL, Campus do Sertão.

basis. We understand that the debate on the ethnic-racial issue must be present and is more than necessary in the current context. So we need teachers who have a wealth of solid knowledge on the topic to work in classrooms mediating students' learning relationships, encouraging them to fight racism and all forms of discrimination.

Keywords: Anti-racist education; Pedagogy Course; Teacher training; Ethnic-racial relations.

INTRODUÇÃO

Vivemos num contexto social que durante muito tempo foi cercado de exclusão e marginalização daqueles que de acordo com determinados “padrões”, não comportam e não se adequam a certos perfis exigidos socialmente.

A sociedade brasileira, composta por pessoas oriundas de distintos grupos étnico-raciais, nunca foi pacífica, respeitosa, equilibrada e ética. No decurso da nossa história nacional, o indígena e o negro foram colocados à margem da sociedade, sendo considerados grupos inferiores e subalternos. Tal fato se perpetuou ao longo do tempo, com consequências que são estruturadas nessas marcas deixadas do passado, causando-os sofrimento com a marginalização, exclusão social, o racismo, as desigualdades sociais, entre outras.

Atualmente, no seio da sociedade brasileira tem se realizado um debate aprofundado, comparando-se a períodos anteriores, sobre questões que por muito tempo foram silenciadas, como por exemplo, racismo, discriminação e preconceito. No campo educacional algumas leis, diretrizes e outros dispositivos legais estabelecem que as relações étnico-raciais sejam discutidas nos diferentes níveis e modalidades de ensino da educação brasileira.

Desse modo, as escolas, as universidades têm uma imensa tarefa em educar e preparar os estudantes no combate ao racismo, destruidor de vidas.

Deve-se investir na formação de professores para que possam contribuir com uma formação humana emancipatória. Uma educação libertadora (FREIRE, 1987). Educação em que todos tenham seus direitos garantidos e efetivados na prática, onde os estereótipos negativos sejam quebrados, e a imagem dos negros e dos índios nos conteúdos de livros didáticos, não mais reproduzam uma perspectiva de conhecimento eurocêntrica.

Este trabalho parte da necessidade de buscarmos dialogar sobre o campo das relações étnico-raciais na formação de professores, e da importância dessa discussão nas Universidades. Desse modo, entendemos que a inserção de uma disciplina que aborda temáticas pertinentes a

questões raciais é um passo importante rumo às práticas antirracistas tanto dentro quanto fora da universidade.

Buscamos aqui discutir a seguinte questão: quais as contribuições à disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais favorece à formação docente dos graduandos em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão? Nosso interesse é analisar a relevância da disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais no novo currículo do curso de Pedagogia/UFAL, introduzido no semestre letivo de 2018.2. Buscando respaldos científicos que nos auxiliam a pensar uma formação permeada por práticas antirracistas na escola e na sociedade em geral.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SERTÃO E A DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A discussão sobre a formação de professores é um tema recorrente e extremamente necessário dentro do cenário educacional. Precisamos dialogar cada vez mais sobre que tipo de profissionais/educadores/as estão sendo formados/as, quais as bases científicas estão sendo colocadas dentro do processo formativo, no que tange a atuação futura de profissionais em educação.

A educação depende muito do desempenho e qualificação dos professores/as. Ensinar, mediar relações de aprendizados na escolarização não é tarefa tão simples. Sendo assim, falar em formação de professores demanda pensar em processos formativos para atender contextos diferenciados.

Desde modo, iremos refletir nesta seção sobre a formação de professores do Sertão alagoano para a educação das relações étnico-raciais (cenários e desafios), pois sabemos que estamos rodeadas de comunidades indígenas e quilombolas, negros que tiveram uma participação bastante significativa na formação do Brasil e que devem ser reconhecidos como seres de direitos, e não como os excluídos da sociedade.

Sabe-se que tivemos no Brasil toda uma trajetória histórica marcada por preconceitos e marginalização dos povos negros, indígenas. A luta desses povos por justiça, dignidade e respeito tem sido contínua. Como assinala Freire (1987) precisamos pautar, dentro do cenário educacional, uma educação que rompa com práticas racistas, que façam os seres humanos

refletirem sobre suas ações; possa reconduzir ações antirracistas no âmbito de relações pessoais e interpessoais.

Com base nisso, o contexto educacional não pode de forma alguma estar alheio a esse debate e a escola deve ser um lugar de desmistificação da história dos povos negros, acentuando a importância que eles tiveram para a construção histórica nacional. Nessa perspectiva, a formação docente para essas questões é fundamental.

A discussão sobre a temática étnico-racial dentro da política de formação de professores ainda é uma questão menor, tendo em vista que muitos dos professores durante a sua trajetória de formação profissional não trabalharam com essa temática, uma vez que não foram preparados para lidar com a diversidade étnica em sala de aula. Além disso, não procuram ou não lhes é possibilitada formação continuada que os habilite, o que torna a situação mais difícil ainda.

Santana e Amaro (2018) nos apontam pesquisas que revelam a existência da precariedade na formação inicial e continuada de professores resultando em pouco conhecimento dos professores na área das relações étnico-raciais, o que, consequentemente, contribui para que situações de racismo ocorram dentro da sala de aula; ou mesmo concepções equivocadas sobre o tema, alimentando uma postura inadequada do docente frente a situação. Com isso, é muito importante pensarmos: que tipo de formação profissional estamos tendo? A nossa formação contempla a discussão das relações étnico-raciais? Que atitudes assumir em sala de aula, visando práticas antirracistas? São questões necessárias dentro da formação de professores que precisam ser discutidas e refletidas.

De acordo com Santana e Amaro (2018, p. 24), “Formar professores na perspectiva do antirracismo é tarefa urgente. Repensar os processos de formação de professores, seja ele inicial ou continuado, implica em desconstruir o modelo de democracia racial no qual fomos formados e (de) formados”. Isto é, precisamos de uma formação que nos descolonize do pensamento europeu, que reflita e problematize a realidade e a história do Brasil e do seu povo, sem preconceito ou negligência. Uma formação que seja emancipatória, inclusiva, que reconheça a riqueza e a identidade cultural de cada povo.

Segundo Aguiar, Piotto e Correa (2015, p. 384) “Um professor que teve a oportunidade de refletir acerca dos problemas enfrentados historicamente por negros e indígenas poderá ter papel fundamental na desconstrução das imagens depreciativas usualmente associadas a esses povos.” Nesse sentido, como podemos observar, a formação de professores pode ser uma das

chaves nesse processo de desconstrução sobre a imagem negativa do povo negro, trazendo à tona conhecimentos científicos que podem auxiliar no processo de desalienação social.

É considerável falar da importância da qualificação docente para as relações raciais. Se faz necessário capacitar profissionais para saber lidar com o racismo e discriminação que está presente cotidianamente no contexto escolar.

Para tanto, há necessidade [...] de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las. (BRASIL, 2004, p.17)

Mesmo com a obrigatoriedade em torno da lei 10.639/03, é notório que nem todos os professores passaram por uma qualificação profissional de formação sobre as relações étnico-raciais, e necessitam dessa atualização profissional desde a sua formação inicial. Pois, ao passarem por esse processo de capacitação eles poderão ter mais acesso a diversos conhecimentos para intervir em práticas racistas que possam surgir dentro e fora da sala de aula. Além disso, essa formação em torno das relações étnico-raciais poderá levar os docentes a trabalharem melhor a questão da origem do povo negro, indígena etc, reconhecendo-os como protagonistas da história e trabalhando a diversidade e o respeito à todos os grupos étnicos.

O professor e equipe escolar deve trabalhar para construir uma sociedade mais justa e com dignidade para que todos tenham direitos iguais como cidadãos. Acredita-se que uma educação comprometida com a diversidade cultural só é possível se os professores forem reflexivos e capazes de transformar ideias educativas em ações. No contexto a seguir questiona a formação inicial e continuada dos profissionais relacionados às questões raciais.

Reconhece-se a necessidade de que todos os cursos de graduação incluam estudos obrigatórios sobre a questão racial independentes de serem ou não de licenciatura. Profissionais de todas as áreas precisam ter o domínio de conhecimentos que expliquem a maneira pela qual as desigualdades raciais

foram construídas, porque estas não se restringem à educação, mas são evidenciadas em todos os setores sociais. (OLIVEIRA, 2003, p.117)

Portanto, o professor deve valorizar as diversidades ajudando na sua identidade e no reconhecimento da história e cultura dos negros para a humanidade, fazendo com que as humilhações e desigualdades que sofreram, e ainda sofrem, sejam reparadas através da organização de uma sociedade mais justa e sem preconceito.

A escola tem uma grande contribuição nesta construção, nela se aprende a conviver com diversas culturas. Sendo assim, é necessário que no ambiente escolar se organize projetos interculturais sob a perspectiva antirracista.

A INSERÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DA PEDAGOGIA DA UFAL-CAMPUS DO SERTÃO

Conforme a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, cabe às instituições educacionais inserirem a questão das relações étnico-raciais nos seus currículos escolares (BRASIL, 2003). É dever e obrigação das escolas trabalhar com essas discussões em sala de aula. Necessário rever a formação de professores já que são eles os formadores, aqueles que estão diretamente lidando com a aprendizagem das crianças e adolescentes.

É preciso que os docentes tenham melhor formação, que os auxiliem a se posicionar frente à história do povo negro, para não acabar caindo em armadilhas do racismo e propagar ideias estereotipadas da constituição do povo negro.

Com a lei 10. 639 algumas diretrizes foram criadas posteriormente e dentre elas está as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no qual determinam que as instituições de ensino superior deveriam incluir essa temática no currículo:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem

respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (BRASIL, 2004)

Em 2006, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Nela é possível verificar a preocupação em incluir a temática étnico-racial na formação de pedagogos, visto que é estabelecido que dentre outras coisas, o egresso desse curso deverá estar apto a:

- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras. (BRASIL, 2006)

Travar a discussão das relações étnico raciais na Universidade é fundamental. Tendo em vista isso, a seguir traremos algumas reflexões para pensarmos como se processa essa discussão junto a Universidade Federal de Alagoas- Campus do Sertão.

A Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão com sede em Delmiro Gouveia/AL, foi inaugurada no dia 15 de Março de 2010, e atualmente faz dez anos de sua fundação. Oferece oito cursos, e dentre estes, está o curso de Pedagogia.

A chegada da Universidade para o Sertão, ao longo desses dez anos, foi um importante passo na educação, oportunizando a diversos estudantes que não têm condições econômicas de ingressar e fazer um curso superior que não seja por meio do sistema público de ensino. Outra questão é a proximidade que o Campus teve, em relação ao deslocamento dos estudantes vindos de povoados e outras cidades da região, por motivos diversos, não têm condições de se deslocarem para estudar na Capital. Além disso, o Campus do Sertão oportunizou também que alunos oriundos de comunidades remanescentes quilombolas e indígenas pudessem ter esse acesso aos cursos ofertados na instituição.

Com base na lei 10.639/03, observamos a necessidade de se respeitar o direito dos povos negros e sua contribuição à formação étnica e cultural do Brasil, e a universidade precisa cumprir o papel de instituição social formadora. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada curso é um dos documentos essenciais. É por meio do PPP que se desenha a

proposta educacional. Ele tem por finalidade apresentar a forma organizacional e estrutural do curso, esclarecendo metas e objetivos propostos.

De acordo com o documento de “Orientações e Ações para a Educação das relações étnico-raciais” os projetos pedagógicos dos cursos das instituições de ensino superior são componentes centrais, sendo ponto de partida para a inserção das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais dentro dos cursos. (BRASIL, 2006). O PPP pode revelar ou não a preocupação da Universidade em tratar sobre essas questões raciais dentro do curso.

O curso de Pedagogia ofertado pela UFAL Campus do Sertão, ao longo do tempo possuiu dois Projeto Político Pedagógico (PPP), um de 2011 e outro de 2018. Através da análise desses dois documentos foi possível verificar que no PPP de 2011, a temática da questão étnico-racial era abordada de forma superficial, em que apesar de existir uma disciplina voltada exclusivamente para tratar das relações étnico-raciais na educação, esta era ofertada com caráter de disciplina eletiva, no qual estudantes egressos ou que ingressaram em período anterior ao semestre de 2018⁴ não tiveram acesso, uma vez que essa disciplina não tinha caráter obrigatório, por essa razão, nem todos os semestres a disciplina era ofertada pelo curso.

No primeiro PPP de 2011, a disciplina era intitulada “Educação e diversidade étnico-racial”, tinha carga horária semestral de 40h, assim como as demais disciplinas eletivas, ofertadas pelo curso. Isso pode ser verificado no quadro abaixo, retirado do PPP do curso.

5.2. Disciplinas Eletivas

No de Ordem	Código	Disciplina	Carga Horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Semestre
		Educação e Movimentos Sociais	2	30	10	40
		Corporeidade e Movimento	2	30	10	40
		Educação de Jovens e Adultos: desafios e práticas	2	30	10	40
		Introdução à Educação a Distância	2	30	10	40
		Educação do Campo	2	30	10	40
		Educação e Gênero	2	30	10	40
		Educação e Meio-Ambiente	2	30	10	40
		Educação e Diversidade Étnico-Racial	2	30	10	40
		Tópicos de História da Educação em Alagoas	2	30	10	40
		Educação e Economia Solidária	2	30	10	40
		Literatura Infantil	2	30	10	40
		Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	2	30	10	40
		Jogos, Recreação e Brincadeiras	2	30	10	40

Quadro 1: Disciplinas eletivas da UFAL no PPP de 2011. Fonte: PPP da instituição de 2011.

⁴ Em 2018, o curso da Pedagogia passou por uma reformulação curricular.

Essa disciplina no PPP possuía a seguinte ementa:

Estudo da formação sociocultural da sociedade brasileira e, particularmente, da sociedade alagoana, perpassando a instituição escolar enquanto espaço de relações étnico-raciais em permanente socialização e a reconceitualização do currículo escolar, introduzindo culturas e histórias que estiveram à margem do processo escolar. (PPP, 2011, p. 60)

Percebe-se pela ementa que ela busca discussões sobre a formação sociocultural da sociedade tanto a brasileira, quanto à alagoana. Isso é muito importante, principalmente porque precisamos entender, trabalhar e valorizar a história dos contextos locais, cercados de comunidades quilombolas no Sertão, de povos que precisam ser visibilizados e reconhecidos.

No ano de 2018, ocorreu à reformulação curricular do curso, e com isso, a disciplina Educação e Diversidade Étnico-Racial que era eletiva, sofreu alteração passando a ser chamada de Educação e Relações Étnico Raciais, tornando-se disciplina obrigatória no currículo de Pedagogia, ocupando a carga horária de 72 horas na grade curricular, sendo ministrada no segundo período do curso.

Durante a reformulação do PPP do curso, foi observada a relevância de inserir essa disciplina de forma obrigatória, assumindo um caráter de destaque na formação dos pedagogos, para que estes em sua prática pedagógica saibam lidar com a diversidade e as diferenças, e sejam protagonistas do contexto educativo na luta contra o racismo e todas as formas discriminatórias.

Podemos perceber nesse PPP, lançado em 2018, que a ementa da disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais seguiu a mesma que a anterior, já as referências básicas e complementares tiveram algumas alterações.

Nesse PPP de 2018, outro ponto importante a destacar é o reconhecimento do curso quanto a importante contribuição da disciplina e a crítica que é feita em referência ao texto legal do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01/2004, quando diz que os povos indígenas e negros não só contribuíram, mas participaram da formação social, econômica e política do país, nesse sentido, “participar configura um papel de protagonismo, que é bastante diferente do papel periférico evocado no termo contribuição”. (PPP, 2018, p.36).

Com base no PPP, no que tange a disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais do curso de Pedagogia da UFAL, Campus do Sertão, o (a) egresso (a) deve possuir, dentre outras competências:

Aptidão para identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, de gênero, sexuais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, identidade de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientação sexual, entre outras. (PPP, 2018, p. 30)

Isso também já constava no PPP de 2011, na disciplina que foi alterada. Podemos refletir, a partir disso, que com a inserção da obrigatoriedade dessa disciplina no curso, o aluno egresso tem mais possibilidades de alcançar uma postura crítica e um maior arcabouço teórico, levando para o exercício prático da sala de aula contribuições significativas.

O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DAS RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR E NA DIFUSÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Os professores têm uma função primordial no contexto educativo, são eles que na lida diária deparam-se com os mais diversos desafios da sala de aula, encontrando alunos formados com identidade e perfis distintos, advindos de contextos com culturas e etnias diferentes.

A partir desse elo que é formado entre professores e educandos, um elemento fundamental que deve ser garantido é o respeito entre todos, no qual cada um necessita aprender a respeitar a identidade do outro, sem qualquer comportamento de discriminação ou rejeição. Afinal, a escola é um ambiente que precisa ser acolhedor e inclusivo, onde todos devem dispor dos mesmos direitos e deveres, como demanda a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB (BRASIL, 1996).

Desde a mais tenra idade a criança pode compreender e acolher as diferenças sem discriminação, pela origem, cor/raça, opção sexual etc., e isso é uma questão de orientação dada pela família. Logo na infância, na creche e pré-escola, os docentes precisam preocupar-se em fornecer bases para que as crianças tenham bom relacionamento em sala, e convivam bem, sem preconceito, sem atos de racismos, ou algo do tipo.

É na infância que as crianças recebem suas primeiras aprendizagens, e estas são significativas a sua vida. Ao lidar com um público preconceituoso, com um vocabulário que

agride e condena o outro por conta da cor da pele, pela textura do cabelo, pelo nível social, a criança pode internalizar isso e reproduzir as mazelas deixadas pelo racismo.

Como o professor pode trabalhar numa perspectiva de práticas antirracistas em sala de aula? Essa é uma questão que precisa ser discutida e posta em prática. Mesmo com alguns avanços das escolas em levar a discussão para sala de aula, isso ainda é pouco. Vivemos em um país excludente e os nossos povos, -negros e indígenas, ainda continuam sendo marginalizados, sofrendo as mais perversas marcas do racismo que ainda reverberam na sociedade.

Segundo Munanga (2005, p.15), “[...] não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade”. Por isso, devemos ter maior vigilância didático-pedagógica, enquanto docentes, para não contribuímos na perpetuação de práticas e ideias preconceituosas.

Sabendo-se que o racismo é uma questão grave na nossa sociedade, que o ambiente escolar é um local em que ele se faz presente, onde pode se perpetuar ideias preconceituosas que ainda estão arraigadas no imaginário social. A escola como instituição social de formação está envolvida nesse debate e na disseminação de ideias, que pode tanto contribuir positivamente quanto negativamente em torno da questão racial.

Nesse sentido, a escola e os professores têm papel fundamental na formação da personalidade da criança, sendo agentes sociais responsáveis pela formação de novas consciências étnico-raciais. De modo geral,

Os educadores são, também, profissionais da cultura, e não de um padrão único de aluno, de currículo, de conteúdo, de práticas pedagógicas, de atividades escolares. Todos, sem exceção, diferem em raça/ etnia, nacionalidade, sexo, idade, crenças, classe. Todas essas diferenças estão presentes na relação professor/aluno e entre os próprios educadores (GOMES, 2003, p. 77)

Reconhecer que a raça⁵, gênero e classe diferencia o indivíduo é o que faz o professor avaliar a necessidade de uma educação voltada para a diversidade. Assumir que entre os seres

⁵ Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais o termo raça é utilizado “para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.” (BRASIL,2004, p. 13)



humanos há muitas diferenças exige do professor uma prática muito maior que a cultura do branco, do heterossexual e das classes dominantes. É imprescindível que além de reconhecer as diferenças, possa também estar a par das discriminações que acontecem na escola e na sociedade, mantendo uma posição diante de atos de preconceito e discriminação.

Trabalhar contra a discriminação não é tão simples e fácil como muitos pensam, pois a sociedade ainda acredita ou finge acreditar numa democracia racial.

A discriminação está em toda parte, e na escola não é diferente, embora se busque maquiagem uma harmonia entre brancos e negros, que na prática não existe. Mediante isso se abre um questionamento aos professores e unidades escolares sobre: qual é a responsabilidade real da Educação nesses casos? Como as escolas elaboram os projetos e trabalhos pedagógicos? De que maneira estão voltados para as questões étnico- raciais?

Uma escola comprometida e com professores inclinados a reconhecer as diversidades culturais através de uma prática educacional precisam estar a par desses questionamentos e fazer o possível para inseri-lo no cotidiano de trabalho. Segundo Lüdke (1998, p. 42)., “a prática reflexiva somente tem sentido para os professores que desejam pensar sobre as dimensões sociais e políticas da educação e do contexto em que ela se insere”.

Através da educação se pode mudar opiniões. Ao se trabalhar em sala de aula o professor não deve ficar preso somente à discussões teóricas, mas, vivenciar na prática, demonstrando para os educandos a importância do negro para a construção identitária do nosso país.

Santos (2013) ressalta sobre a desarticulação que ocorre entre a teoria e a prática, entre o discurso e a ação na formação de professores, o que constitui algo grave no que tange às questões raciais. Isto porque não adianta somente o docente conhecer a teoria, fazer todo um discurso em defesa das questões das relações raciais, se as suas ações são contrárias à isso, se no seu cotidiano ou mesmo na sala de aula ele contribui com a manutenção do racismo e de todas as formas de discriminações.

O docente não deve ficar preso somente a livros didáticos como recurso pedagógico, em muitos casos os próprios livros abordam a cultura africana de forma errônea e equivocada. Muitos livros abordam a história afro brasileira apenas sobre um ponto de vista eurocêntrico, e quando mencionados se resume apenas ao período escravocrata. No entanto, como ressalta Silva (2005) o professor pode utilizar desse recurso de forma crítica, a fim de gerar maior consciência crítica nos educandos, fazendo com que estes reflitam sobre a realidade.

É preciso pensar em novas metodologias de ensino, contemplar outros ambientes fora da sala, levando seus alunos a conhecer os movimentos sociais, culturais, as comunidades indígenas e quilombolas.

Segundo o documento “Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais” (2006) é preciso que a prática escolar seja encaminhada diariamente para práticas antirracistas, nesse percurso é necessário trabalhar a questão racial como conteúdo multidisciplinar durante todo ano letivo e não somente em datas comemorativas como ocorre em muitos casos; Abordar temas contextualizados referentes ao cotidiano dos estudantes, e que envolvem a temática da discriminação racial; estudar o reconhecimento da cultura afro-brasileira, pois é conhecendo e refletindo sobre a cultura que os estudantes entenderão melhor o porquê do racismo e o porquê de lutarmos para que tais práticas sejam superadas.

O docente é sujeito preponderante nesse processo; em grande medida, ele prepara e conduz a aula, e mesmo que receba as orientações dos conteúdos a serem lecionados, sua postura e a forma crítica de pensar faz enorme diferença.

Assim, a luta em favor das práticas antirracistas precisa ser constante. É constatado que educar sem racismo pode ser uma tarefa muito difícil, muitos preconceitos estão dentro das pessoas de maneira enraizada.

Por esse motivo, se pode até inconscientemente falar e apresentar comportamentos racistas, daí a importância de analisar a prática, fazendo sempre uma autorreflexão sobre atitudes, a fim de melhorar e contribuir para a construção de uma educação antirracista.

Tendo como foco a valorização das diferenças e das competências existentes nas diversas culturas, acredita-se que a educação para a diversidade possa ser possível. Fica claro que o papel do professor é fundamental na formação do sujeito, no que diz respeito às questões étnico- raciais, podendo contribuir significativamente no combate à discriminação e preconceito racial, dentro e fora do ambiente escolar.

A escola deve ser um núcleo de resistência e luta contra a violência racial. Embora ainda reverberem marcas do racismo na sala de aula, na rua, e em muitos outros lugares.

CONCLUINDO

Este trabalho nos permitiu refletir sobre a importância exercida pela discussão das relações étnico-raciais dentro das disciplinas do Curso de graduação em Pedagogia da UFAL, Campus do Sertão.

Se aspiramos por uma sociedade mais justa, inclusiva, com direitos efetivos, precisamos unir forças para a transformação de práticas e mentalidades racistas no país. Não são as características fenotípicas do ser humano que determinam o caráter da pessoa, mais sim as ações práticas que o indivíduo exerce socialmente.

A educação pode transformar vidas, todavia, somente a educação antirracista poderá libertar a nação da masmorra do preconceito racial, da intolerância e ódio que historicamente alimentou a elite brasileira, contra minorias, grupos étnicos e expressões culturais populares.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M; PIOTTO, D. C; CORREA, B. C. 2015. Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na educação infantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 373-388.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº1** de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 27 de abril de 2020.

_____. 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: SECAD.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm .Acesso em:25 de abril de 2020.

_____. 2006. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília, DF: SECAD.

FREIRE, P. 1987. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GOMES. N. L.. **Educação e Diversidade Étnico-Cultural. Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Secretaria de Educação Média e tecnológica, 2003.

LÜDKE, M. 1998. **Pesquisa em Educação: Conceitos, Políticas e Práticas**. Campinas.

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, K. (Org.). 2005. **Superando o racismo na escola**, 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade.

OLIVEIRA, I. (org.). 2003. **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro.

SANTANA, J. V. J.; AMARO, E. S. 2018 . Formação de professores para a educação das relações étnico-raciais: Um estudo bibliográfico. **Revista Acadêmica da Faculdade Fernão Dias**, volume 5, número 16, p. 1-29.

SANTOS, A. O. 2013. **Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana**: Novos desafios para uma prática reflexiva. *Póesis Pedagógica*, Catalão-GO, v.11, n.2, p. 150-169.



SILVA, A. C. 2005. A Desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. Org.). **Superando o racismo na escola**, 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade.

UFAL (Universidade Federal de Alagoas). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Delmiro Gouveia: Ufal - Campus do Sertão, 2011. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/projetospedagogicos/campus_sertao/ppp_pedagogia/view. Acesso em: 26 de abril de 2020.

UFAL (Universidade Federal de Alagoas). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Delmiro Gouveia: Ufal - Campus do Sertão, 2018. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus_sertao/projeto-pedagogico-pedagogia-licenciatura-2018.pdf/view Acesso em: 26 de abril de 2020.

